

Ilmos. Srs.

Da Comissão Para Assuntos Indígenas da ABA
Museu Nacional - Deptº de Antropologia
Quinta da Boa Vista, ZC-08
20.942 - Rio de Janeiro - RJ

Prezados Colegas,

Acuso recebimento da carta enviada pelo Presidente da ABA ao Presidente da FUNAI em 06.12.83. Concordamos plenamente com os termos daquela carta.

Na falta de uma resposta da FUNAI e com o tempo passando, julgo necessário colocar algumas considerações.

- 1 - Estamos há mais de um mês esperando uma solução para o impasse criado pela FUNAI, impedindo o prosseguimento do trabalho de campo dos antropólogos, assessores da CVRD.

Há uma certa urgência já que o Prof. Mércio Gomes precisa estar junto aos Guajá, grupo que está sendo atraído, assim como o Prof. Antônio Carlos junto aos Parakanã. Um grupo de 101 Parakanã apareceu, perambulando nas cercanias da Serra Carajás. A FUNAI pretende levar este grupo para a área do Xingu (?). O Dr. João Paulo Botelho receia de que aconteça com este grupo o que aconteceu com os Parakanã atraídos em julho de 1983, 25% de mortes imediatamente após o contato por falta de assistência, roças e comida.

Deve ficar claro que os assessores da CVRD, que aceitaram esta assessoria no interesse exclusivo das comunidades indígenas atingidas pelo Projeto Ferro-Carajás, assinaram um contrato com a CVRD e cujos termos desejam cumprir.

- 2 - Diante do impasse e por falta de uma definição por parte do Presidente da FUNAI, pensamos que caberia a CVRD, que está arcando com os custos do Projeto, tomar as necessárias providências para o cumprimento integral do Convênio FUNAI/CVRD. Se estamos bem informados este Convênio não foi revogado.
- 3 - O Dr. João Paulo Botelho esteve no dia 7.12.83 no Rio, em reunião com a CVRD e representantes da FUNAI. Entregou um relatório que coloca claramente que a programação de saúde não está sendo cumprida. Pediu o empenho da CVRD para melhorar o Projeto já que a FUNAI não mostrou a necessária competência para a sua execução.
- 4 - Recebemos notícias de Marabá que há um grande número de novos funcionários contratados pelo Projeto de Apoio, alguns com altos salários, sem nenhuma necessidade, criando até atritos nas áreas que não possuem infra-estrutura para acolher tantas pessoas estranhas à aldeia. Assim a FUNAI estaria colocando indevidamente recursos do Projeto, que deveriam beneficiar unicamente os índios, para distribuir empre



gos, desvirtuando o intuito do Convênio.

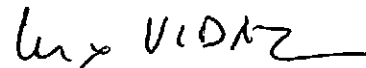
5- Pede-se com urgência que seja encontrada uma solução para a demarcação correta da Reserva Apinajé. Pelo cronograma do Projeto os índios estão cientes de que 39 mil dólares foram colocados para este efeito. Exigem agora, com prioridade, esta demarcação. O Presidente da FUNAI esteve em Araguaina, mas se negou a dialogar e negociar com os chefes indígenas ali reunidos (O ESP 10.12.83). A sua atitude intransigente poderá levar a um conflito aberto ou, por medo de represálias, a um retraimento dos índios, mais uma vez enganados e abandonados.

Diante das notícias que nos vinham chegando da área, no dia 7.12.83 alertamos a Dra. Maria de Lourdes Davies de Freitas, da CVRD, que nos informou que se comunicaria com o Presidente da FUNAI. A FUNAI não poderá alegar falta de recursos.

Em 8.12.83 os Apinajé, auxiliados pelos Krahó, Xerente e Krikati iniciaram a sua demarcação. Há quatro funcionários da FUNAI-DGPI na área, acompanhando, mas sem interferir, afirmando desconhecer a área pretendida pelos índios!. O GETAT que deveria estar presente (decreto 88.118), simplesmente continua se omitindo. As sucessivas indefinições por parte da FUNAI estão provocando um clima de insegurança e de tensão na região (O ESP 10.12.83)

Em 12.12.83, preocupados pelo desenvolvimento dos acontecimentos pedimos a representantes do Banco Mundial em Washington que mandassem com urgência um observador à área Apinajé. Precisamos de um observador para as outras áreas também. É de nosso entender que se a FUNAI se nega a dialogar, negando-se a cumprir o cronograma da programação de demarcações e se recusa ainda a aceitar a assessoria antropológica fornecida pela CVRD, então os representantes do Banco Mundial que estabeleceram as normas (guidelines) e a CVRD que assinou convênio com a FUNAI e possui o controle dos recursos devem estar presentes nas áreas nos momentos de conflito. Porque é inadmissível que se façam promessas concretas aos índios, com cronogramas técnico-financeiros amplamente divulgados, como foi o caso com o Projeto de Apoio da FUNAI, para depois lhes negar apoio e deixar de cumprir o que foi tacitamente prometido, deixando-os ainda, sem recursos e sem comida na Ajudância de Araguaina a degladiar-se com um Presidente do órgão protetor que se recusa a conversar e políticos locais que os ameaçam abertamente.

Atenciosamente,



Lux B. Vidal